

LUCÍA EILBAUM*

ENTRE CAMPOS E ACADEMIAS: UMA PERSPECTIVA COMPARADA ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Este texto foi inicialmente escrito para ser apresentado em um seminário que discutia o método comparativo na Antropologia. O objetivo do mesmo é discutir, a partir da minha própria experiência de deslocamento de Buenos Aires para o Rio de Janeiro, a forma com que construí e redefini meu problema de pesquisa, bem como o modo como aprendi a conviver em outro meio acadêmico. Enfatizo que ambas as dimensões – uma relativa à pesquisa e outra à minha trajetória acadêmica – estiveram determinadas por uma perspectiva comparativa que me permitiu, com base no contraste com aquilo que aprendia e observava no Rio de Janeiro, estranhar o que me era familiar em Buenos Aires.

Palavras-chave: Método comparativo; academia; pesquisa; contraste.

* Mestre (2006) e doutora (2010) em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é bolsista de Pós-doutorado do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFF, com Bolsa Prodoc-Capes. Também é pesquisadora associada do INCT (Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos). Sua tese de doutorado, “O bairro fala: conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense”, encontra-se no prelo na Editora Hucitec, tendo recebido o Prêmio Anpocs de Tese de Doutorado (2010).

Este texto teve como objetivo ser apresentado no Seminário “A arte de fazer: perspectivas comparativas”, na sessão Brasil e Argentina, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF), realizado em maio de 2012.

Do meu ponto de vista, a proposta do seminário coloca duas decisões que se articulam na vida de qualquer pesquisador, em especial de um antropólogo: uma relativa à pesquisa em si mesma – como construir o trabalho de campo – e outra à construção da trajetória acadêmica – isto é, onde estudar, onde se formar, enfim, em qual(is) meio(s) acadêmico(s) desenvolver a trajetória profissional. No meu caso, ambas as decisões estiveram atravessadas por uma perspectiva comparativa.

Em 2000, me formei no Curso de Antropologia Social na Universidade de Buenos Aires, na Argentina. Ainda antes de terminar o curso, desde 1997, participava do Equipo de Antropologia Política e Jurídica, coordenado pela professora Sofia Tiscornia, que fora também minha orientadora na monografia de conclusão do curso. Foi o interesse em assuntos vinculados à polícia e à justiça que me aproximou da Sofia e do seu Equipo. Polícia e justiça criminal eram temas que começaram a me inquietar na medida em que não só ia conhecendo as formas violentas e arbitrárias de intervenção dessas agências, mas também do momento em que compreendi que problemas vinculados a esses assuntos podiam ser objetos da pesquisa e análise antropológica.

Foi ainda naquela época, em 1999, que li minha primeira etnografia sobre a polícia de um país da América Latina. Já tinha lido muitos trabalhos sobre polícia, mas até o momento nenhum que fosse o produto de um trabalho de campo sobre as práticas de investigação e a ética policial que as sustenta. O autor era um antropólogo brasileiro, a quem Sofia tinha conhecido na sua primeira viagem ao Rio, a primeira do que depois seria uma sucessão de viagens com o objetivo de, como dizíamos com certo assombro no Equipo, “dar aula para policiais na universidade”.

Foi durante uma aula naquele seminário que Sofia mencionou que o tal antropólogo brasileiro participaria de um dos encontros. Nessa ocasião conheci Roberto Kant de Lima, que estava acompanhado por um homem negro, anunciado como mestre em Ciência Política e, por sua vez, como coronel da Polícia Militar. Era Jorge da Silva. A aula foi interessante, embora nós, estudantes na Argentina, não nos caracterizássemos por uma participação muito ativa nas aulas, talvez reservando essa energia para a participação política. Posteriormente, encontraria Roberto Kant em outros congressos e grupos de trabalho coordenados junto com Sofia. Nessas ocasiões, fui conhecendo mais sobre o trabalho dele e do núcleo

de pesquisas que ele coordenava, “em uma cidade vizinha do Rio” que, como sempre dizia Sofia, “é um encanto”.

Posso dizer que essa impressão inicial sobre o trabalho do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (Nufep) foi o primeiro indicador do que seria a construção de uma perspectiva comparativa do meu trabalho. Se, como costuma dizer Roberto Kant de Lima, o conhecimento antropológico se dá por “sustos”, quer dizer, momentos em que, através do confronto com o diferente, o “outro”, é possível perceber mais sobre si mesmo (e sua cultura, ou valores), acho que meu primeiro “susto” comparativo entre a vida acadêmica no Brasil e na Argentina, e, ainda mais, sobre as possibilidades de construção de uma pesquisa empírica a respeito da polícia no Brasil e na Argentina, se dava a partir da experiência recorrentemente narrada por Sofia da “presença da polícia na universidade pública”.

Tempos depois compreendi melhor a história e o contexto dessa presença policial na universidade, através da elaboração e construção do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, na época coordenado por Roberto Kant e atualmente por Ana Paula Mendes de Miranda. E mais recentemente aprendi quanto experiências do tipo podiam ser tergiversadas, contestadas ou, inclusive, utilizadas politicamente. O certo é que a partir da primeira aproximação com a iniciativa que se desenvolvia na UFF e a perspectiva dos trabalhos de Kant nasceu e foi se consolidando a ideia de “vir estudar na UFF”.

Na época, ainda havia dúvida sobre se viria fazer o curso de especialização ou o mestrado. O período de um ano ou, no máximo, dois parecia-me razoável, na ocasião, para iniciar esta experiência de estranhamento. Afinal, ainda nem conhecia o Rio, muito menos Niterói, o português me era uma língua estranha, não conhecia a UFF, nem muito o Kant. Assim, cheguei em março de 2004 e comecei esse primeiro estranhamento, que começou pelo aprendizado de um novo meio acadêmico. Quero dizer, antes de iniciar qualquer tipo de pesquisa empírica nos assuntos que me interessavam como objeto do meu trabalho para o mestrado, devia aprender a viver (e sobreviver) no contexto de uma academia cujas regras se diferenciavam bastante daquelas aprendidas na Argentina.

A forma de me dirigir aos professores, de apresentar textos nos seminários das disciplinas, de construir o objeto se apresentava como diferenças importantes e, portanto, como aprendizados a serem incorporados. Foi todo um trabalho de desnaturalização dos modos aprendidos em Buenos Aires, não só em termos práticos (como agir), mas também de concepção da constituição de um campo acadêmico, isto é, de suas formas de sociabi-

lidade, disputas e construção de grupos, bem como das tradições teóricas e metodológicas de construção do conhecimento.

Lembro que cheguei ao Rio um domingo. Na segunda-feira, era o dia das inscrições nas disciplinas e aproveitei para ir logo ao PPGA. Perguntei pela minha inscrição, pois, apesar de já ter me “mudado” para o Brasil, ainda não tinha a confirmação oficial da minha aceitação no curso. Era a primeira vez que o programa lançava um edital específico para “estrangeiros” e, aparentemente, eu era a única candidata. Naquele dia, a secretária me informou que, em princípio, devia estar tudo certo, mas que não encontravam meu processo. *Meu processo...?* Lembro que foi uma das primeiras categorias que estranhei, pois na Argentina só “tem um processo” quem está sendo acusado criminalmente de alguma coisa.

De qualquer forma, fui orientada a fazer a inscrição e na semana seguinte comecei a frequentar as aulas. Foram várias as situações que me chamaram a atenção nas aulas, pelas diferenças em Buenos Aires. A maior participação dos alunos, a ênfase na apresentação dos textos para os dados empíricos, mais do que no problema ou conteúdo teórico, e, sobretudo, o – a meu ver – excelente desempenho de meus colegas nas técnicas de oralidade quando faziam seminários ou apresentavam questões. As falas bem desenvolvidas e articuladas – e, óbvio, com um português que eu invejava – eram várias vezes acompanhadas de uma corporalidade e gestualidade muito mais expressiva ou desenvolvida do que na Argentina. De minha parte, apenas me esforçava em praticar o português e melhorar essa oralidade que, na Argentina, era compensada com uma boa escrita, mas que na UFF se fazia muito mais relevante.

Com esse objetivo, me dispunha insistentemente a fazer seminários em todas as disciplinas. Não foi o caso do primeiro seminário de que participei, já que fui escolhida diretamente pela professora na terceira aula para apresentar o seminário da primeira disciplina da nossa turma. Era um texto em inglês e que deveria ser apresentado em português. Lembro que, antes de começar, antecipei minhas desculpas pelo meu português ainda incipiente e pedi que, se houvesse algo que não desse para entender, me fosse perguntado. Quando terminei a exposição, a professora me disse: “Muito bem... e viu que seu espanhol deu para entender”. Pela primeira vez pensei que, afinal, as duas línguas não eram tão diferentes assim, mas ainda precisava pelo menos me esforçar em mostrar que eu estava tentando falar português!

Esse esforço com a língua me deixava exausta após cada dia de aula ou reunião. Deve ser também graças a isso que, por um bom tempo, após as aulas, me dediquei a passear, conhecer, pesquisar, andar pela cidade e sua

gente. O que mais me lembro daqueles meses de 2004 era andar à toa no meio do barulho da cidade, sem compreender ainda o que as pessoas falavam umas com as outras. Descia da barca e andava pelo centro da cidade, em ruas, becos, lojas, via camelôs e camelódromos, frutas, CDs, capas de celular, rádios, filmes pornô, chaveiros, balas, tudo oferecido nas calçadas, pregadores evangélicos, moradores de rua deitados, sentados, andando, brigando ou conversando, policiais fardados com fuzis, coloridos nas roupas e nas peles, chopes, cervejas, sucos. Boa parte disso estranhei não ver quando, pela primeira vez, retornei a Buenos Aires, onde, em contraste com minhas lembranças anteriores, como uma cidade muito movimentada, barulhenta e suja, suas ruas – e pessoas – me pareceram silenciosas, vazias e até uniformes. É verdade que atualmente o Rio vem atravessando um processo de transformação urbana que imprime – ou busca imprimir – à cidade outras características estéticas. Refiro-me à política chamada “Choque de Ordem”, bem como ao investimento empresarial na construção e reforma de certos espaços. Contudo, os contrastes com Buenos Aires, ou com outras cidades que tenho visitado, sempre estão presentes, lembrando que uma “cidade” pode ser uma construção tão diversa quanto dinâmica.

Paralelamente, ao iniciar as aulas, também comecei a assistir às reuniões de pesquisa organizadas por Kant – já meu orientador – no Nufep, todas as segundas-feiras. Isso me levou, de um lado, a me inserir na vida acadêmica não só como estudante, mas também aprendendo a elaborar projetos de pesquisa a serem submetidos às agências públicas de fomento, fazer relatórios, tratar com os mais diferentes “tipos” e níveis de pesquisadores, preparar orçamentos, saber como prestar contas, entre outras atividades também administrativas que a vida acadêmica apresenta. Para mim, todas essas atividades eram novas, diante da minha experiência na Argentina, onde não só há uma tradição de trabalho universitário voluntário (*ad honorem*), mas também onde o financiamento da pesquisa é mais individual do que coletivo.

Nesse sentido, interessa-me ressaltar que foi esse aprendizado e o constante estímulo do Kant que nos levaram a apresentar em 2005 (um ano depois da minha chegada) projetos em dois editais de intercâmbio internacional entre Brasil e Argentina: o Programa de Centros Associados de Pós-graduação Brasil-Argentina e o Convênio entre a Capes e o Ministério de Ciência e Tecnologia da Argentina. O primeiro, inicialmente coordenado por Roberto Kant de Lima e hoje, em sua segunda edição, pela professora Simoni Guedes, reúne, além do PPGA/UFF, o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília e o Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Gama Filho,

e, pela parte argentina, o Doutorado em Antropologia Social da Universidade de Buenos Aires e o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Nacional de Misiones. O segundo, aprovado em dois editais sucessivos, coordenados por Roberto Kant e por Sofia Tiscornia, é assinado entre o Nufep/UFF e o Equipe de Antropologia Política e Jurídica/UBA. Considerando ambos os convênios, desde o início (2006) até hoje, o intercâmbio binacional tem envolvido 44 missões de estudo e de trabalho no sentido Brasil-Argentina e 45 no sentido Argentina-Brasil. Ou seja, 95 pesquisadores se trasladando entre o Brasil e a Argentina.

Além dessa consolidação institucional do intercâmbio, junto com a experiência de “trabalho acadêmico” no Núcleo, também foi se consolidando para mim a possibilidade de participar de pesquisas empíricas nos assuntos que eram do meu interesse, em especial as delegacias de polícia, as guardas municipais e, posteriormente, o Tribunal do Júri.

Nessas atividades, o fato de não ser brasileira teve suas especificidades em relação às experiências de pesquisa etnográfica na Argentina. De um lado, parecia vantajoso no sentido de poder jogar com aquilo que sabia e aquilo que não sabia e, portanto, sobre o que devia e podia perguntar. Ser estrangeira também me permitiu fazer as perguntas, a partir do estranhamento de como pareciam ser as coisas aqui e de como eram lá na Argentina, “na sua terra”, como alguns interlocutores se interessavam em saber. Em contraste, alguns policiais, no caso, não pareciam muito dispostos a mostrar “o pulo do gato” a uma estrangeira e – acho – menos ainda a uma argentina. Foi interessante que muitas dessas percepções foram se apresentando pelo fato de, em algumas ocasiões, eu participar de pesquisas junto com colegas brasileiros do Nufep e poder, assim, comparar diversas situações.

De qualquer forma, o certo é que estava conseguindo uma entrada no campo policial muito mais aberta do que aquela alcançada na Argentina. O fato de permanecer fazendo trabalho de campo em uma delegacia parecia-me uma das melhores oportunidades que tive, o que, de fato, tanto me encantou naquela primeira leitura do livro do Kant. Em Buenos Aires, minhas tentativas de trabalho de campo nas chamadas *comisarías* tinham fracassado sob argumentos de que não era um local para mulher, que era perigoso, sujo, que havia todo tipo de maluco, que, enfim, muito do trabalho policial era sigiloso. Embora aqui essas representações também estivessem presentes na boca dos policiais, mais do que como impedimentos, apresentavam-se como desafios ou provocações a serem superados pelo pesquisador.

Também no Judiciário, começava a se delinear uma diferença em relação à publicidade dos atos e ao acesso dos pesquisadores. Embora instâncias

estruturalmente semelhantes – como podem ser as audiências de julgamento pelo Tribunal do Júri no Rio e as audiências de julgamento por tribunais orais em Buenos Aires – fossem ambas formalmente públicas, no Rio as dificuldades de acesso a essas audiências foram bem menores do que as apresentadas em Buenos Aires.

No Rio, as pautas de audiência se encontram penduradas nas portas dos cartórios de cada tribunal, o que torna possível saber, com certa antecedência, a agenda de todos os Tribunais do Júri. Diferentemente, em Buenos Aires, assistir a audiências de *juicios orales* foi uma missão etnográfica que demonstrou a importância das relações pessoais no acesso a essa informação, pois nem sempre os debates orais e públicos eram tão *públicos* assim. Tal acesso podia ser mediado pela necessidade de autorizações institucionais, contatos pessoais prévios ou explicações formais sobre o objetivo da solicitação diante de quem a fizesse. O certo é que “a agenda” do tribunal se encontrava sempre no interior do mesmo, aos cuidados de um funcionário específico.

Por outro lado, também foi no Tribunal do Júri, em contraste com os tribunais argentinos, que voltei a observar a grande diferença no uso de técnicas orais em uma e em outra sociedade, já percebidas nas aulas, congressos e outros espaços acadêmicos. No Júri, os promotores, defensores e advogados passeavam pela sala, gesticulavam energicamente, batiam as palmas da mão ou os processos nas mesas, contavam histórias da infância, casos de jornais, citavam poesias ou frases célebres, ensaiavam diferentes tons de voz, gritavam raivosos ou enérgicos diante dos jurados que os assistiam atentos, em profundo silêncio. Em Buenos Aires, o tom de voz desses atores, perante os três juízes que julgariam o caso, era monocórdio, quase uma reprodução do texto escrito no processo; não havia história nem citações fora do saber jurídico. Sentados em suas cadeiras, faziam as argumentações que, em alguns casos, era até difícil de ouvir.

Como mencionei, essas questões, que apareciam como contrastes no trabalho de campo nas instituições criminais, também se revelavam no cotidiano da vida, tanto no Rio quanto em Buenos Aires. De fato, as sucessivas idas e vindas de uma cidade para a outra foram passagens em que fui experimentado quase como rituais ao longo dos já mais de oito anos que estou no Rio. Elas ampliaram o horizonte de reflexões comparativas e marcaram diferenças entre as formas de sociabilidade e de socialização, entre as etiquetas de interação dentro e fora do meio acadêmico, entre as diferentes corporalidades e formas de expressão – obrigatória ou não – dos sentimentos, entre as distintas formas de conceber o espaço público

e o espaço íntimo, entre a rua e a casa, de se pensar o papel do estado, a violência, a lei, os direitos.

Os contrastes percebidos inicialmente foram também se consolidando em conversas e reflexões com os colegas que participavam dos convênios mencionados. Essa foi e continua sendo, para mim, uma experiência muito interessante: depois de oito anos aqui, ouvir também aquilo que colegas brasileiros interpretam, acham, percebem, enfim, estranham do meu país, da minha cidade e do meio acadêmico argentino, bem como, em sentido contrário, como meus colegas argentinos vivenciam a experiência de vir para o Rio.

Vários são os pontos que mereceram reflexões conjuntas e me fizeram estranhar aspectos da minha própria sociedade (do fato de nós, os argentinos, “termos paixão pelos mortos”, até polêmicas sobre se o *asado* argentino era melhor ou não que o churrasco gaúcho). Contudo, havia um ponto recorrente nas trocas de percepções. Lembro que, poucos dias depois de chegar ao Rio, já praticamente no quarto banco em que tentava abrir uma conta-corrente – pois, como não tinha emprego nem bolsa, diziam-me que poderia se tratar de lavagem de dinheiro –, a funcionária me perguntou de onde eu era. Ao responder que era da Argentina, ela disse: “pois é, esse é um povo lutador, não é como aqui”. Aparecia para mim de forma explícita uma diferença entre ambas as sociedades, que ganharia consistência em várias reflexões com colegas do Nufep, especialmente com Lenin Pires, que também faria seu doutorado sanduíche em Buenos Aires.¹

É certo que os argentinos costumam ser representados e se representar como um povo mobilizado, ativo na demanda e exigência de direitos; e também como indivíduos com consciência de que esses direitos lhes pertencem e que é o estado quem deve garanti-los para eles. Por isso, os argentinos não hesitam em cortar estradas, se manifestar nas ruas, nas avenidas, ocupar universidades, *escrachar* casas de militares, policiais, políticos, fazer greves, quebrar estações de trem, abraçar o Congresso Nacional, montar barracas nas praças, seja pela impunidade de violações aos direitos humanos, seja pelos baixos salários, seja por uma lei protetora dos obesos e diabéticos. Assim, foi se consolidando na Argentina uma tradição na qual a justiça, a dignidade, a saúde, entre outros, são, antes de uma concessão do Estado, direitos dos cidadãos.

No Rio, isso pode chamar a atenção. Poucas foram as mobilizações que observei nas ruas. Muitos foram, pelo contrário, os episódios de violência e humilhação que li, ouvi e que temos pesquisado. Na resposta esperada,

¹ EILBAUM; PIRES, 2009.

podia haver indignação pessoal, mas não uma reclamação conjuntamente articulada pelo reconhecimento de um direito. Parecia predominar, ao contrário, a espera por um benefício que o Estado pudesse conceder. Ao mesmo tempo, nessa espera, parecia haver sugestão de vias alternativas ao Estado diante das quais seriam obtidas vantagens, proteção, “direitos”.

Assim, entre a forte representação da lei e do apelo aos direitos em Buenos Aires e a forte presença das subjetividades e do apelo às emoções no Rio, fui encontrando uma gama de conflitos, protestos, indignações, humilhações, festas, ritos, filmes, músicas, jeitinhos e *truchadas*, que tornam aqueles dois anos iniciais projetados anteriormente um tempo muito curto. Isso porque entendo que é essa gama de situações, mais do que os extremos “mobilizado” ou “desmobilizado”, que enriquece o olhar sobre uma e outra sociedade.

É nessas diferenças que foi, e ainda está, se consolidando na minha trajetória uma perspectiva comparativa das formas de conceber e representar a lei, o Estado, o Judiciário e a polícia. Tais diferenças dizem muito mais do que as diferenças de procedimento e de leis. Por isso, acho interessante notar que a comparação, pelo menos nesse âmbito, não se dá pelo contraste entre as “formas”, mas pelos modos como essas “formas” são acionadas, interpretadas e valorizadas. Isso lembra um pouco a discussão de Frederik Barth (2000) sobre o método comparativo, pois já não se trata de os antropólogos compararem culturas ou sociedades pelos traços culturais ou pelos objetos que representam “uma cultura” – na cabeça de um antropólogo. Também não se trata talvez, sequer, como afirma Barth, da comparação entre descrições de diferentes antropólogos de um mesmo campo.

Na minha perspectiva, ou melhor, na perspectiva que o PPGA vem construindo, trata-se da construção de uma experiência institucional e pessoal de vivenciar ambientes estranhos àqueles da própria sociedade, de experimentar o convívio em outra sociedade, com outros valores, outras formas de sociabilidade e assim aprender mais sobre a própria. Ao final, essa foi a proposta inovadora da Antropologia.

Por isso, quero dizer que, embora minha dissertação de mestrado e minha tese de doutorado tenham acabado privilegiando e focalizando etnografias sobre as formas de intervenção e atuação da polícia e do Judiciário na Argentina,² a experiência de pesquisa no Rio me permitiu manter uma perspectiva contrastiva que contribuiu para entender melhor essas instituições.

² EILBAUM, 2008, 2010.

ABSTRACT

Originally, this paper was written to be presented in a Seminar focused on the comparative method in Anthropology. Its objective is to discuss, from my own experiences of transition moving from Buenos Aires to Rio de Janeiro, the way I had both constructed and redefined my research issues, as well as the way I have learned to live within another academic context. I emphasize the idea that both dimensions – one related to my research and the other to my academic carrier – had been determined by a comparative perspective that, considering the contrast between what I was learning and observing in Rio de Janeiro and what was familiar to me in Buenos Aires, which allowed me to find strange what was once familiar in Buenos Aires.

Keywords: *Comparative method; academic world; research; contrast.*

REFERÊNCIAS

BARTH, F. Metodologias comparativas na análise dos dados antropológicos. In: _____. *O guru e o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

EILBAUM, Lucía. *Los casos de policía en la Justicia Federal en Buenos Aires: el pez por la boca muere*. Buenos Aires: Antropofagia, 2008.

_____. *“O bairro fala”*: conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense. 2010 Tese (Doutorado) – Programa Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

EILBAUM, L.; PIRES, L. Derecho, moral y justicia: la ley y sus márgenes en Rio de Janeiro y Buenos Aires. In: KANT DE LIMA, R.; TISCORNIA, S.; EILBAUM, L. (Orgs.). *Burocracias penales, procesos institucionales de administración de conflictos y formas de construcción de ciudadanía: experiencia comparada entre Brasil y Argentina*. Buenos Aires: Antropofagia, 2009. p. 25-38.